

Seminário Tardes de Pesquisa
Poderes políticos, práticas socioeconômicas,
trocas culturais e cidadania no longo século XIX

21 a 23 de maio de 2019

Instituto de História—UFF

CADERNO DE RESUMOS

21 de maio

Mesa Poderes e práticas socioeconômicas

As firmas britânicas no comércio importador e exportador Brasileiro: o caso da Edward Johnston & Co., c.1842-c.1854—Carlos Gabriel Guimarães (UFF)

O texto teve como objetivo analisar a organização e a atividade exportadora da firma inglesa Edward Johnston & Co. no Brasil no período 1842 a 1852. Chegando ao Rio de Janeiro em 1821, Edward Johnston trabalhou na firma inglesa F. Le Breton & Co.. Em 1827, gerente da firma, casou com Henrietta, filha de Charles Alexander Moke, proprietário de fazenda Nassau produtora de café na floresta da Tijuca do Rio de Janeiro, e depois de retornar da viagem para Londres e Holanda, Edward Johnston desligou-se da firma e virou corretor.

O crescimento das exportações brasileiras, o conhecimento da Praça do Rio de Janeiro e os contatos comerciais com a Inglaterra possibilitaram Edward Johnston organizar a firma Edward Johnston & Co. em 1842, tendo como sócios os negociantes William Joseph Havers e João Ignácio Tavares.

Edward Johnston deixou a firma com seus sócios no Rio de Janeiro, e retornou para Liverpool. A saída João Ignácio Tavares da firma, o falecimento de Havers em 1847 e a crise comercial em Liverpool de 1847 fizeram com que Johnston reorganizasse a sociedade no Brasil. A melhora dos negócios e a crescente especialização da firma na exportação do café possibilitaram uma maior presença dos filhos de Johnston. Tal participação originou a Edward Johnston, Son & Co.. em 1854. Esta foi outra história

Família escrava e alforria na Zona da Mata Mineira, século XIX—Jonis Freire (UFF)

A família escrava foi de importância fundamental na consecução do projeto de liberdade dos cativos. Os “bons serviços” prestados pelos cativos aos seus senhores e familiares figuravam como algumas das principais motivações para a liberdade dos escravizados. Muitas vezes essas alegações têm um sentido “genérico”.

No entanto, os diversos trabalhos sobre o tema, com “novos” métodos, fontes e abordagens, demonstraram e vêm demonstrando que a liberdade para além da concessão senhorial foi uma conquista dos escravos, que por meio de muita estratégia, perspicácia, astúcia e engenhosidade conseguiram a liberdade para si e para os seus.

Na luta pela liberdade, as famílias escravas constituíram papel fundamental. A liberdade para os cativos ancorava-se na perspectiva de uma vida melhor para eles e seus familiares em sua nova condição jurídica; projeto no qual muitos participaram. Para tanto, como pudemos perceber, os escravos não se furtaram a cada vez mais lutar para retirar da escravidão suas mães, pais, filhos, avós, primos. Aqueles com quem iriam reconstruir suas vidas no mundo da liberdade.

O trabalho que apresentamos procura analisar de que modo a família escrava possibilitou o trânsito da escravidão para a liberdade de alguns de seus membros. Partimos da análise de cartas de alforria de diversas freguesias pertencentes a Santo Antonio do Paraibuna (Juiz de Fora), na Zona da Mata mineira ao longo do século XIX. Localidade bastante importante e que foi uma das principais produtoras de café e também possuidora de um dos maiores números de escravos no mesmo período. Trata-se de um trabalho de história demográfica com uma vertente micro histórica.

A ótica dos jornais sobre os movimentos sociais e suas mobilizações políticas na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) - Vantuil Pereira e Leticia Gimenez (UFRJ)

A apresentação visa apontar algumas possibilidades analíticas sobre a participação cidadã no Primeiro Reinado brasileiro e a inserção destes na vida política imperial a partir de demandas políticas encaminhadas ao parlamento brasileiro. O que se busca indicar é a existência de um processo de experiência política onde as demandas estavam articuladas à crise política maior. Tal experiência revelava uma aguçada leitura do contexto político por parte destes cidadãos. Outro aspecto analítico crucial para análise é apontar, a partir da ideia de onda política, como o processo posterior à abdicação possibilitou a abertura de mais e mais demandas, questão central para entendermos o lugar da rua como outro espaço de constituição da experiência anteriormente citada.

21 de maio

Mesa Poderes e práticas socioeconômicas

A economia, alforria e liberdade: relações de reciprocidades e redes de subsistências nas alforrias cartoriais (Rio de Janeiro, 1750-1800) - Philippe Manoel da Silva Moreira (PPGH-UFF)

Esse trabalho pretende expor as variações econômicas e não econômicas nas alforrias cartoriais do Rio de Janeiro colonial 1750-1800. Nesse período, detectamos formas variadas de condicionantes que extrapolam a mentalidade de mercado, muito difundida em análises que privilegiam a onerosidade em detrimento de uma economia dos costumes. A aquisição da liberdade por meio de trocas no campo simbólico, deixa claro que nos pequenos plantéis as variações do mercado externo impactam nos preços, mas não nos condicionamentos impostos por senhores para que escravos pudessem gozar de uma liberdade limitada. O que defendemos é que há a coexistência de dois tipos de economia no Rio Colonial: uma ligada ao tráfico, outra aos costumes.

Escravos da Religião: compadrio e comunidade escrava na Fazenda São Bento de Iguassú (1817-1857) - Vitor Hugo Monteiro Franco (PPGH-UFF)

Na Fazenda São Bento de Iguassú, situada no Recôncavo do Rio de Janeiro, Escravidão e Religião eram faces de uma mesma moeda. Os proprietários deste empreendimento agrícola eram os monges da Ordem de São Bento, a mais antiga ordem religiosa do cristianismo ocidental. Estes religiosos chegaram ao Novo Mundo ainda no século XVI, e estabeleceram mosteiros nas mais diversas regiões do Brasil, desde o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, até a Paraíba. Parte considerável da sustentação destas abadias provinha da produção de suas propriedades rurais, como a de Iguassú. Nelas os trabalhos realizados por africanos e seus descendentes escravizados, alocados nas mais diversas funções, eram imprescindíveis. A experiência de cativo destas pessoas estava invariavelmente ligada aos desígnios da Ordem de São Bento, logo também aos dogmas da Igreja Católica. Não por acaso as fontes da primeira metade do século XIX apresentam estes indivíduos como Escravos da Religião. Embora vissemos em um cenário de extrema exploração e violência, esses africanos e afro-brasileiros escravizados estabeleceram laços familiares e comunitários fundamentais para sua sobrevivência no mundo do cativo.

Há um extenso debate sobre a formação desses laços entre cativos de senhores laicos - aqueles sob domínio de senhores não representantes da Igreja Católica. Entretanto, pouco se sabe sobre as famílias formadas por cativos pertencentes às ordens religiosas, mesmo sendo grandes detentoras de mão de obra escrava. No oitocentos, a Ordem de São Bento foi a representante do clero regular com o maior número de cativos no Brasil, chegando a contar com uma escravaria com mais de 4.000 pessoas nas principais províncias do país. Só na Fazenda de Iguassú, como veremos, este número nunca esteve abaixo de cem. O desafio que por hora se apresenta é de articular os avanços já alcançados pela historiografia sobre o tema com as especificidades de ser escravo da Religião.

Em que medida, Escravidão e Religião influenciaram a experiência de vida dessas pessoas escravizadas? Quais eram as expectativas dos monges-senhores e dos escravizados em relação ao compadrio? Para responder a essas e outras questões, utilizei uma gama variada de fontes, como registros paroquiais, inventários, testamentos. Para tanto empreguei duas abordagens, a do método de “ligação nominativa de fontes”, já consagrado pela História demográfica, conjugado a História social na sua vertente micro histórica.

Escravidão e inovação tecnológica na cafeicultura da vila de São Pedro de Cantagalo (c.1850-c.1880) - Marcos de Brito M. Marinho e Rodrigo Marins Marretto (PPGH-UFF)

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações entre escravidão, cafeicultura e a inovação tecnológica aplicada ao beneficiamento e transporte do café. A Vila de São Pedro de Cantagalo, fundada em 1814, nos parece ser o espaço ideal para realizar esta investigação.

Ao longo dos oitocentos, a cafeicultura da região atravessou duas fases qualitativamente distintas: 1) a de formação, entre as décadas de 1810 e 1850; e 2) a de expansão e maturidade, entre as décadas 1850-1880. que a economia cafeeira local atingisse suas fases de auge e grandeza.

As máquinas de beneficiamento estavam presentes nos inventários dos maiores proprietários de escravos da região, e os resultados obtidos por estes fazendeiros após a colheita do fruto demonstram a importância vital destes fatores no processo produtivo, mesmo se considerarmos seu baixo valor no montante geral de riqueza em relação aos escravos. Incidindo sobre a produtividade da fazenda, estes maquinismos permitiram aos fazendeiros expandir suas plantações mesmo quando a aquisições de novos escravos se mostrou difícil nos anos finais da escravidão. Juntamente com as ferrovias, também incidiam sobre a qualidade da mercadoria aumentando e/ou preservando seu valor de uso. Por estas razões, a região de Cantagalo, área de atuação de grandes escravistas como Antônio Clemente Pinto e Jacob Van Erven, se tornou uma das maiores produtoras de café do Vale do Paraíba na segunda metade do século XIX.

Dentre as fontes utilizadas, destacam-se os relatórios escritos pelos inventores das máquinas, necessários para que lhes fosse concedido a patente da invenção. Estes documentos encontram-se depositados no Fundo de Privilégios Industriais do AN-RJ e trazem informações preciosas: nome, profissão e residência do inventor, bem como descrição detalhada do funcionamento das máquinas e de sua capacidade diária de beneficiamento. Os inventários post-mortem também são valiosos para nós, pois a partir deles verificaremos a evolução dos números de pés de café/escravos entre as décadas de 1850-1880 e identificaremos os maquinismos utilizados pelos fazendeiros em suas respectivas unidades de produção. Confrontando as informações destas fontes com as que constam nos periódicos a respeito da avaliação que os fazendeiros fazem do desempenho das máquinas de beneficiar café, podemos verificar o peso relativo da tecnologia na expansão cafeeira e na preservação da escravidão na região de Cantagalo.

Os ingleses da diplomacia e do comércio durante o período regencial brasileiro - João Daniel Antunes Cardoso do Lago Carvalho (PPGH-UFF)

A década de 1830 foi de grande importância para a instituição da escravidão, tanto no Brasil quanto nas colônias inglesas. Movimentos de erradicação e de manutenção do tráfico de escravos dariam novas formas a essa instituição. No Brasil, o período regencial marcou uma nova etapa na formação do Império brasileiro. Neste momento excepcional na política imperial, a lei de 7 de novembro de 1831 pode ser vista como uma resposta brasileira às pressões externas e, também internas, de acabar com tráfico de escravos, colocando penas duríssimas aos infratores, inclusive os compradores finais. Nas colônias inglesas, o período entre 1833 e 1838 ficou conhecido como o “grande experimento”, o momento de passagem entre o fim da escravidão e a preparação dos ex-escravos para a liberdade através de um “período de aprendizagem”. Neste texto, observaremos como os comerciantes ingleses se inseriram nesse momento histórico singular e como a diplomacia londrina se posicionou sobre a questão do tráfico de escravos e da participação inglesa nessa atividade que, no Brasil e nas colônias inglesas, era ilegal, mas tolerada.

21 de maio

Mesa Poderes e cidadania

As eleições para os conselheiros gerais em Minas Gerais (1824-1828) - Erica da Cruz Rosa (PPGH-UFF)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar algumas considerações iniciais acerca do nosso tema de pesquisa cujo objetivo é analisar os processos eleitorais para a escolha dos conselheiros gerais da província, ocorridos em 1824 e 1828, em Minas Gerais. O recorte temporal da pesquisa, 1824 e 1828, se justifica, pois, trata-se de um contexto marcado pela instauração de uma nova ordem constitucional cuja experiência perpassa por dimensões como nação, representação, soberania e cidadania – restrita no caso desta última ao mundo dos homens livres e libertos. Por estarmos ainda numa fase inicial da pesquisa, não é o nosso intuito apontar conclusões, mas sim apresentar nosso objeto, situá-lo na historiografia, indicar as nossas fontes e levantar algumas questões.

Durante muito tempo, a temática das eleições no século XIX não suscitou muitos estudos e, quando presente, prevaleceu uma visão negativa da experiência eleitoral no sistema representativo do Império. Nesse sentido, as práticas eleitorais do século XIX ganharam na interpretação dos historiadores características de eleições corruptas e falsas, ligadas ao Estado Imperial ou as elites (locais ou nacionais) para a manipulação dos resultados de acordo com seus interesses. Por esses motivos, as eleições não justificariam estudo aprofundado. Com interpretações diferentes entre si, vários autores afirmaram que o governo representativo no século XIX no Brasil foi falseado. Entre os argumentos utilizados para tal afirmação estão a forma como foi exercido o Poder Moderador, a extensiva prática da fraude eleitoral ou a existência das relações clientelistas. Na segunda metade do século XIX, alguns políticos do Império escreveram obras sobre o sistema eleitoral e suas interpretações sobre o falseamento das eleições foram tomadas como referência por muitos dos historiadores que se dedicaram a analisar tal período.

Os novos estudos historiográficos acerca das eleições oitocentistas têm deixado de lado o problema da manipulação eleitoral e das fraudes para analisar como os atores se apropriavam das práticas eleitorais. Entre os trabalhos que merecem ser mencionados estão os estudos da historiografia internacional, mais precisamente a historiografia referente aos estudos da América espanhola, que destaca a importância de olhar para as eleições desse período a partir do significado que elas tinham para os representantes e os representados. Dessa forma, isso implica investigar como as sociedades locais viveram e usaram o sufrágio.

Com relação aos novos estudos que se dedicam a compreender a dinâmica eleitoral no Brasil do século XIX – afastando-se das perspectivas centradas na visão de que os pleitos eleitorais eram marcados pelas fraudes e manipulação dos votantes – destacam-se os estudos que salientam que, “em meio às tensões sociais que existiam, os participantes do jogo político, dos mais humildes aos mais influentes, constantemente buscavam meios de negociação em torno de seu direito de voto” (SABA, 2011).

Antes da instauração da ordem constitucional em 1824, as eleições já eram realizadas em âmbito local, no período colonial, para a ocupação das vagas de vereadores nas câmaras municipais pelos chamados “homens bons”. A eleição, nesse sentido, não foi uma invenção do liberalismo, no entanto, foi incorporada por este como forma de criar um Estado que pretendia ser nacional.

A partir do exposto acima, pretendemos refletir sobre algumas questões que norteiam a nossa pesquisa procurando compreender como foram realizadas essas primeiras eleições; como os atores envolvidos se apropriavam dos processos eleitorais e o que era o cidadão nessas décadas iniciais do século XIX no Império do Brasil.

O regresso e a formação do campo conservador no Brasil oitocentista — Luaia Rodrigues (PPGH-UFF)

O Regresso sempre, ou quase sempre, foi explicado pela historiografia a partir do projeto conservador Saquarema. Enquanto seus precursores, os regressistas foram entendidos como uma espécie de os primeiros conservadores brasileiros. No entanto, os princípios conservadores defendidos por estes grupos não eram novidade na agenda política brasileira. Ainda no Primeiro Reinado, políticos sustentaram ideias próximas à famosa bandeira de ordem e de centralização política, características tanto dos regressistas quanto dos saquaremas, mas, paradoxalmente, nunca foram associados a eles. Nesse sentido, é necessário uma reflexão sobre o surgimento e o desenvolvimento das ideias conservadoras no Brasil, esforço indispensável para a compreensão tanto da formação do Estado brasileiro quando das construções historiográficas a este respeito. Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir as semelhanças entre o pensamento de Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos principais líderes do Regresso, com o do marquês de Caravelas, estadista tradicional do primeiro reinado, visando a construção de um campo conservador no Brasil independente.

CPII e cidadania: repensando um tema historiográfico — Letícia Souza Campos da Silva (PPGH-UFF)

Criado em dezembro de 1837 e inaugurado em março do ano seguinte, o Colégio Pedro II resiste como um escola de destaque em nosso tempo. Dado seu contexto de fundação em meio ao estabelecimento de outras instituições tais quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, muitos pesquisadores têm se dedicado a investigar os vínculos entre as propostas deste colégio e os projetos do Estado Imperial. Neste sentido, é recorrente o entendimento do Colégio Pedro II como uma peça central para o fortalecimento da monarquia associado às questões da nação e da cidadania. Afinal, em muitos destes trabalhos expressa-se o interesse em compreender as práticas educativas dos alunos do Colégio Pedro II visto que, majoritariamente provenientes da elite brasileira, viriam a ser os futuros dirigentes do Império e, portanto, os “cidadãos ativos” na nação brasileira. Quando tais questões são analisadas de modo mais atento e problematizador, ao menos dois grandes impasses despontam. Em primeiro lugar, esses pesquisadores acabam por reduzir as relações nessa escola ao binômio docentes/discentes, quando nela havia um número significativo de trabalhadores envolvidos com outras atividades além do magistério. Em segundo lugar, eles parecem compartilhar uma perspectiva de cidadania que leva em consideração tão somente a política oficial expressa pelos partidos, pelas eleições e pelo voto, excluindo outros tipos de manifestações. Ao invés disso, tomando como pano de fundo tanto o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil quanto o de construção da cidadania, nesta comunicação pretendo explorar a relevância de se produzirem conhecimentos relativos ao conjunto de trabalhadores do Colégio Pedro II no recorte cronológico dos Oitocentos sobretudo no que diz respeito às tensões com o Estado.

21 de maio

Mesa Poderes e práticas socioeconômicas

O hábito de poupar na cidade do Rio de Janeiro oitocentista — Thiago Alvarenga de Oliveira (PPGH-UFF)

A proposta deste ensaio é analisar o desenvolvimento do hábito de poupar na cidade do Rio de Janeiro oitocentista por meio da análise de três períodos específicos: 1) por meio da instituição da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1831-1859) no contexto do período regencial até o final da década de 1850; 2) por meio das casas bancárias falidas em 1864 – Montenegro & Lima, A.J. Alves Souto & Co; Oliveira & Bello e Amaral Pinto, as quais se configuravam também como caixas de depósitos; 3) por meio da Caixa Econômica da Corte no período pós-crise de 1864 e começo da Guerra do Paraguai até o final do século XIX.

Esse ensaio faz parte da tese de doutoramento com a defesa prevista para março de 2020. A proposta desse ensaio é discutir e contribuir com o entendimento sobre a economia popular brasileira por meio da análise dessas instituições de micro finanças supracitadas.

Embora não seja possível, em apenas um artigo, analisar e discorrer sobre o desenvolvimento de cada uma dessas instituições, esse ensaio tem a pretensão de desenvolver o hábito de poupar dos cariocas a partir destes objetos de estudo. Consideramos a Caixa Econômica do Rio de Janeiro a primeira instituição poupança popular da América Latina. Fundada em 1831, com capital privado e por membros ligados à ala mais liberal, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro teve uma rápida ascensão econômica, integrando mais de 6000 clientes, inclusive escravos.

A experiência da Caixa Econômica do Rio de Janeiro despertou o interesse de outras instituições financeiras pela captação da poupança popular. As casas bancárias surgem, ainda na década de 1840, mas se destacam principalmente na década de 1850 tendo como parte fundamental de seu capital financeira depósitos de populares. A crise de 1864, conhecida também como Crise do Souto, nos permite analisar as contas dos clientes por meio da obrigatoriedade de exposição nos periódicos de todos os clientes das casas bancárias falidas. A quantidade significativa de depósitos inferiores a 1 conto de réis nos permite elucubrar da importância da economia popular para as grandes casas bancárias.

Desde 1860 o governo imperial lançou as bases para a criação de sua própria caixa depositária. Um ano depois, no dia 4 de novembro de 1861, a Caixa Econômica da Corte abriu suas portas no espaço cedido na Câmara dos Deputados. A concorrência com as casas bancárias atravancava o desenvolvimento da caixa econômica do governo. Dessa forma, a Crise de 1864 favoreceu o desenvolvimento dessa instituição ao captar parte das economias perdidas e principalmente se posicionar como uma caixa “garantida pelo governo”.

Portanto, o ensaio proposto analisará esses períodos distintos na intenção de compreender a criação do hábito de poupar dos cariocas a partir de diferentes experiências vividas por meio de instituições com caráter e regulamentos distintos.

As ações judiciais da Casa da Suplicação: notas de pesquisa — Elizabeth Santos de Souza (PPGH-UFF)

Este trabalho discute o perfil dos julgamentos da Casa da Suplicação do Brasil no século dezenove, tratando especificamente dos códigos com lançamento das sentenças que deviam dízima da fazenda. A Casa da Suplicação era o tribunal judicial mais importante da coroa portuguesa e tinha competência para despachar apelações e agravos de ações cíveis e criminais. As raízes desse tribunal encontram-se no medievo, quando era considerado itinerante devido sua localização estar atrelada ao lugar de residência do monarca. No Brasil, uma congênere desse tribunal foi instalada no Rio de Janeiro através do alvará de 10 de maio de 1808. O julgamento de uma ação ou recurso pela Casa da Suplicação gerava despesas decorrentes da tramitação processual e a Chancelaria do tribunal era responsável por registrar em livros essas custas processuais junto com os valores destinados à dízima da fazenda. Atualmente, tais livros são fontes documentais de valor inestimável para os historiadores, pois conjuntamente com os valores das custas e da dízima trazem um resumo das sentenças judiciais.

Durante a extensa pesquisa documental, encontramos no Arquivo Nacional e no Museu da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro três livros com as custas e os resumos das decisões finais de litígios entre os anos de 1818 e 1821. Por certo, a documentação não abarca todos os anos de funcionamento da Casa da Suplicação do Brasil, que de acordo com a legislação foi de 1808 a 1828. Entretanto, tais códices são de extrema importância para averiguar as conclusões dadas pelo Tribunal da Suplicação, uma vez que comumente não é possível encontrar nos processos judiciais as sentenças finais. Nos três códices em questão, identificamos 716 ações judiciais, e a partir delas analisaremos a motivação dos litígios, o perfil socioeconômico dos autores e réus, os juízos internos da Casa da Suplicação que despacharam as causas, o juízo de origem dos litígios de apelação ou agravo, as custas dos processos, etc.

Esperamos com este trabalho perceber a atuação da Casa da Suplicação nas ações judiciais, verificando quais as tendências de deliberação do tribunal no quesito das absolvições e condenações. Em relação às sentenças de apelações e agravos, buscaremos conhecer se a modificação dos julgamentos foi algo recorrente ou não. De modo geral, o objetivo é que este trabalho contribua para entender o papel do Tribunal da Suplicação nos assuntos de justiça.

Lisboa em polvorosa: o liberalismo econômico oitocentista e os conflitos gerados com o fim do mercado regulado — Thiago Nicodemos Enes dos Santos (PPGH–UFF)

O ideário liberal marcou profundamente o início do século XIX. Para além das prementes questões políticas, foi com o impacto da nova economia que a população teve a certeza de que um novo tempo havia chegado – e para ficar. Durante séculos imperou uma tradição de mercado metricamente regulado que garantia o acesso de todos os súditos das monarquias europeias (incluindo os mais pobres) aos viveres de primeira necessidade, e evitava fraudes através das almotafarias. Com o liberalismo não só as taxas foram abolidas, mas desapareceram os oficiais responsáveis por policiar o mercado, sob a alegação de que a economia precisava modernizar-se, acompanhando o progresso. Contudo, a população de Lisboa, varia gente comum, parecia não estar tão de acordo com as inovadoras propostas pautadas pelos ilustrados pensadores liberais.

Políticas econômicas e a indústria têxtil no Império do Brasil: O caso da fábrica Todos os Santos (Bahia, 1844-1876) - Silvana Andrade dos Santos (PPGH-UFF)

Ao longo do século XIX foram adotadas diferentes políticas econômicas pelos gabinetes que se sucederam na administração do Império do Brasil. Estas políticas, como a reforma tarifária empreendida pelo Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, em 1844, e as novas políticas de crédito e a nova lei bancária adotadas na gestão do Ministro da Fazenda Ângelo Moniz da Silva Ferraz, em 1860, visavam responder as demandas econômicas do Estado brasileiro e aos interesses da elite econômica imperial, especialmente, a partir de meados do século XIX, dos cafeicultores do centro-sul do país.

A despeito disso, na medida em que eram mais liberais, protecionistas ou restritivas, estas políticas tiveram diferentes impactos (ora positivos, estimulando o surgimento ou a expansão, ora negativo, retraindo investimentos) em diversos ramos da economia brasileira. No tocante à indústria têxtil, o setor viveu um período de expansão na década de 1840, impulsionada, por exemplo, pela aprovação da tarifa do Ministro Alves Branco, mas teria desempenho oscilante nas décadas seguintes em virtude, entre outros fatores, das mudanças nas políticas econômicas imperiais.

Neste artigo analisaremos o impacto de políticas econômicas adotadas durante o Brasil Império sobre a indústria têxtil do país a partir do caso da fábrica Todos os Santos. A fábrica, iniciativa formada em 1844 na Bahia, permaneceu ativa até 1876, período no qual foi o maior estabelecimento têxtil do Brasil. Seu estudo de caso permite visualizar com nitidez como o setor têxtil foi influenciado por e influenciou políticas econômicas imperiais.

22 de maio

Mesa Poderes e cidadania

1855-1862: o acaso de Justiniano José da Rocha? - Gladys Sabina Ribeiro (PPGH-UFF)

Pretendo apresentar algumas ideias sobre o que foi a produção jornalística dos últimos anos de vida de Justiniano José da Rocha, período final da sua última atuação parlamentar. Tomaremos o que marco o ano de 1855, quando pretensamente Justiniano rompeu com o Marquês do Paraná, e como marco final, a sua morte, em 1862.

A ideia, então, é partir das análises que já fiz sobre o folheto de Justiniano José da Rocha "Ação, Reação e Transação", para recolocar o que ele escreveu naqueles anos em outra direção: a discussão do futuro do Império. Ou seja, defendendo que a correta leitura do deste folheto é própria e original, inserida nos quadros mais amplos do liberalismo conservador da primeira metade do XIX, no Brasil e na Europa, e que visava uma direção para o futuro. Para tal, aproveitava o que a história ensinara, em movimento de recuperação do passado desde o momento da Independência. O que está ali foi escrito não só em consonância do que escrevera antes, mas como guia que igualmente pautará o que escreverá nos jornais de curta duração e da segunda metade dos anos de 1850 até a sua morte em 1862, a saber: O Novo Brasil, O Três de Maio, O Constitucional, O Regenerador, Revista Popular, Revista do Instituto Científico, de São Paulo e O Novo Constitucional.

Portanto, a análise desses impressos obedecerá dois movimentos: o primeiro, será descortinar aspectos defendidos por este redator e parlamentar que são pouco conhecidos e são atinentes ao período final de sua vida. Ali, ao demonstrar a sua desilusão com os rumos do partido conservador, o faz não criticando a Monarquia – que defende a ferro e a fogo-, porém, o faz de acordo com um pensamento que tomava como pressuposto perspectivas analíticas similares às de políticos da década de 1860, que questionavam os rumos do partido conservador.

O segundo movimento, decorrente deste último, nos levará a pensar como os escritos de Justiniano foram absorvidos pela historiografia como interpretação da história do Império brasileiro até o momento da Conciliação e ele mesmo foi tido como um conservador "puro", o que ponho hoje sob suspeição.

Diante da proximidade de Nabuco de Araújo, se sobrevivesse seria um ligueiro?

O conservadorismo liberal da década de 1860 no Brasil - Beatriz Piva Momesso (HGGC)

A pesquisa traçou, até o presente momento, algumas características substanciais que permitem caracterizar novas identidades políticas na década de 1860, no Brasil do Segundo Reinado. Em certo sentido, refutando paradigmas anteriores que insistiram no binarismo liberal x conservador, foi possível perceber pontos de intersecção marcantes entre esses dois grupos com filosofias e *modus operandi* próprios. No entanto, os resultados atuais indicam que os interesses e pensamentos comuns encontrados entre os grupos não devem ser generalizados. Tratava-se de uma grande variedade de situações e personagens que através de uma curiosa aliança uniram-se na década de 1860 contra o “conservadorismo emperrado”. O grupo progressista surgiu em 1862 e que, em grande parte, continuaria unido no Movimento Centro Liberal, fundado em 1868, aponta à discreta, porém importante, transformação nas culturas políticas das elites burocráticas do segundo Reinado, explicada pela aliança entre ex conservadores e antigos liberais. Conseqüentemente, enfatiza-se que a década de 1860, aliás ainda pouco notada pela historiografia, foi impar para o surgimento de novas linguagens políticas e práticas que, por sua vez, contribuíram para semear o terreno para rupturas mais fortes da década seguinte.

Nessa etapa da investigação, optou-se pela prosopografia como elemento do método histórico. O estudo prosopográfico é capaz de reconstruir a trajetória e os interesses de cada personagem e aqui foi elaborado, primeiramente, com o auxílio de fontes manuscritas e secundariamente com jornais específicos. Logo, torna-se possível analisar o entrelaçamento entre diferentes interesses e ideias de amplo grupo de indivíduos no processo de construção da identidade política de movimentos pautados pelo conservadorismo liberal. Por fim, busca discutir-se os componentes de tal identidade política.

A municipalidade como importante espaço de exercício da cidadania no Brasil Imperial—Paulo Cruz Terra (PPGH-UFF)

A historiografia geralmente ressaltou a perda de autonomia e de importância da instituição camarária diante de outras dimensões de poder no Império brasileiro, como o governo das províncias e a Assembleia Legislativa Provincial. A partir dos anos 2000, no entanto, tem crescido o número de pesquisas que indicam que, mesmo diante de tantas restrições, as Câmaras Municipais não foram nulificadas e se tornaram instituições dinâmicas. Os estudos também têm apontado que o poder municipal se constituiu em importante esfera política que a população se relacionava no seu cotidiano, fosse através de mecanismos institucionais, tais como abaixo-assinados e requerimentos, como também por outros meios, como os protestos e as greves.

A documentação municipal tem revelado a participação constante da população nos assuntos das cidades brasileiras, possibilitando dialogar com interpretações que têm indicado uma população que não somente reagia a interferência do Estado, mas também era propositiva. Além disso, são desveladas as variadas acepções dos diferentes grupos sociais sobre as leis, as diversas visões do que eram os direitos e as múltiplas estratégias para alcançá-los, mostrando assim um processo de construção da cidadania ativo e multifacetado.

As relações exteriores do Brasil no Primeiro Reinado e o debate acerca da representação constitucional—Aline Pinto Pereira (PPGH-UFF)

Discutiremos a inserção brasileira no contexto internacional do Primeiro Reinado, tendo como exemplos três momentos cruciais para o processo de formação do Estado Imperial: o Tratado de Paz e Amizade de 1825; àquele sobre a Convenção de 1826, e os debates sobre os termos que findaram a guerra da Cisplatina em 1828.

Nesta conjuntura, veremos que os deputados explicitaram as tensões em torno da representação dos poderes constitucionais, problematizando as prerrogativas do artigo 102 da Carta de 1824 ao reivindicarem interferir nas decisões políticas e econômicas do Império em construção.

23 de maio

Mesa Poderes e trocas culturais

As amas de leite na Gazeta de Notícias (década de 1870) - Karoline Carula (PPGH-UFF)

No correr do século XIX, os médicos pretendiam se firmar como os únicos detentores da prática de cura. Para isso, além de desqualificarem quaisquer outros agentes de cura, estendiam suas análises e propostas para todos os setores da sociedade, que era observada pela perspectiva da medicina higienista. Ao ampliar seu raio de ação, eles também centraram sua atenção nas amas de leite. Essa atenção pode ser vista, dentre outros espaços, na produção de teses das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, muitas delas tiveram como foco o aleitamento infantil.

Entre os médicos havia ampla defesa do aleitamento materno como a melhor forma de alimentação infantil. A amamentação materna era representada como um ato nobre e para persuadirem as mulheres, os médicos lançavam mão de um vocabulário sentimental para sublinhar sua importância. Outra estratégia empregada, foi desqualificar aquelas que não aleitavam seu próprio filho, classificando-as como mães desnaturadas. Ao valorizarem a amamentação materna, os médicos desqualificavam outros métodos de aleitamento infantil, nomeadamente, o artificial, que empregava leite animal e considerado o pior de todos, e o realizado pelas amas de leite. Este tipo de amamentação era chamado, de mercenário.

No tocante às teses produzidas sobre aleitamento, era comum dedicarem um item ao aleitamento mercenário, no qual dissertavam sobre as características necessárias para a mulher ser considerada uma boa ama de leite. Assim como as qualidades físicas, as morais foram expostas pelos médicos como importante quesito a ser avaliado na escolha de uma boa ama, visto que elas poderiam modificar a qualidade do leite. As abordagens médicas, muitas vezes, eram racializadas e/ou pautadas no fato daquelas amas serem, majoritariamente, cativas.

Cabe sublinhar que as propostas dos médicos, todavia, não ficaram restritas às teses médicas e textos científicos, muitas das ideias repercutiam em outros espaços. Isso ocorria, principalmente, em virtude da ampla atuação dos médicos em outros circuitos, como a imprensa, o parlamento, as academias científicas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outros. Na Câmara, por exemplo, esses debates se “transformaram” em instituições e leis, que procuravam disciplinar, ordenar e higienizar tal tipo de trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro da década de 80 do século XIX. Na imprensa, jornais de grande circulação na cidade publicavam anúncios de oferta e procura por amas de leite.

O presente trabalho pretende analisar como as amas de leite eram representadas no jornal *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1875 e 1879. Ao fazer uma rápida busca da palavra “ama de leite” no buscador por palavras do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1870, a segunda publicação que mais entradas possui é a *Gazeta de Notícias*, precedida apenas do *Jornal do Commercio*, para o qual há maior pesquisa historiográfica. Nesse sentido, pretende-se aqui empreender um estudo buscando: mapear, quantitativamente, a oferta e a demanda de amas de leite; investigar quais eram os atributos das amas desejadas por quem necessitava do serviço; verificar como que as amas de leite foram apresentadas nos artigos noticiosos; apurar se havia a existência de um discurso modernizador nos artigos noticiosos acerca das amas; e averiguar se médicos publicaram textos nos jornais sobre amas de leite.

Em busca do Novo Mundo: imprensa e trocas culturais entre brasileiros nos Estados Unidos (1870-1889) - Silvana Mota Barbosa (UFJF)

No último quartel do século XIX, os Estados Unidos eram os maiores compradores de café do Brasil, e exportavam para o país produtos de primeira necessidade, como farinha de trigo, querosene, banha, material para estradas de ferro e máquinas agrícolas. Tal comércio, contudo, sofria com a falta de uma linha regular de paquetes, que ligasse o porto do Rio de Janeiro ao de Nova York. Por dez anos uma linha regular funcionou, mas havia sido desativada em meados da década de 1870. Em 1877, a única opção era um linha inglesa de vapores que fazia o trajeto Rio de Janeiro - Liverpool, com escalas, na ida, nos portos da Bahia, Pernambuco, Pará e

O Novo Mundo, jornal criado e editado por José Carlos Rodrigues, publicado em Nova York entre 1870 e 1879, foi um defensor enérgico da criação de uma linha regular de paqueteres. Havia um interesse cada vez maior pela nação norte americana. Assim como Rodrigues, e por diferentes motivos, brasileiras e brasileiros foram morar nos Estados Unidos, temporariamente ou não. O periódico fundado por José Carlos Rodrigues se notabilizou como difusor da produção letrada brasileira, publicando autores que se destacavam no cenário da corte, como Machado de Assis. E também como propagandista do modo de viver americano. Mas não era apenas isso. O Novo Mundo também funcionava como locus privilegiado, espaço de sociabilidade para os brasileiros que circulavam pelos Estados Unidos. O objetivo desta comunicação é discutir esta rede e investigar a circulação de ideias (e pessoas).

José Carlos Rodrigues e o Novo Mundo nos oferecem uma porta de entrada para um outro mundo. A leitura do jornal na íntegra nos permite perceber uma série de histórias, de pessoas que foram para os Estados Unidos para trabalhar ou estudar. Para os limites desta comunicação, pretendo tratar aqui de três casos. Os dois primeiros, envolvem a publicação de outros jornais em língua portuguesa nos Estados Unidos. De um lado, os estudantes de Universidade de Cornell, que criaram um jornal próprio, o Aurora Brasileira - periódico noticioso, publicado em 1873, em Ithaca, Nova York. Um segundo caso, são as histórias de duas brasileiras, alunas de medicina nos Estados Unidos, e que também criaram um jornal chamado A Mulher, em 1880. Finalmente, um terceiro caso, que é a história de um jovem rabequista que fez sucesso em terras norte americanas e que teve sua vida narrada pela imprensa dos Estados Unidos. Em comum, em algum momento de suas vidas, suas histórias particulares cruzaram-se com aquela do editor do Novo Mundo. Neste sentido, este trabalho dialoga com os estudos que pensam a partir do conceito de circulação, que rompe com a lógica das fronteiras nacionais e enfatiza a noção de movimento.

Utilizo aqui a imprensa publicada em língua portuguesa nos Estados Unidos, e também jornais publicados no Brasil no último quartel do século XIX. Entende-se que um periódico do século XIX é, antes de tudo, um meio de dar sentido aos acontecimentos e transmitir informações sobre eles. É, neste sentido, uma narrativa construída por múltiplos temas, que vão oferecendo ao leitor uma versão, bem coerente, de um projeto político ou de uma memória que se pretende instituir. Uma narrativa ancorada na escolha de temas, textos e imagens.

Transgressão, contestação política e sociabilidade maçônica: Pernambuco, 1817
Alexandre Mansur Barata (UFRJ)

Passada a euforia inicial, rapidamente percebeu-se que havia um preço a pagar pelo desembarque da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. Esse clima de descontentamento era mais visível em algumas regiões mais do que em outras. No Nordeste, por exemplo, as despesas para a manutenção da Família Real, da Corte e das novas instituições eram tidas como encargos sem compensação. Em Pernambuco, além disso, as insatisfações eram potencializadas pelas prolongadas secas, pela carestia de bens alimentares, pelos altos impostos cobrados pela Coroa e pelo não pagamento das tropas. Esse clima de insatisfação eclodiu em 06 de março de 1817, quando um levante militar teve início no Recife, culminando com a capitulação do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro e a eleição pelos revolucionários de um Governo Provisório da República de Pernambuco.

Segundo István Jancsó (1997), os ensaios sediciosos do final do século XVIII e início do século XIX anunciavam um reordenamento da vida social, através da emergência de novas formas de sociabilidade que atravessam o cotidiano dos diferentes setores da sociedade colonial. Citando: "A observação atenta da emergência do desconforto político que se adensa socialmente tornando-se rebeldia organizada, e como tal irrompendo no espaço da vida pública e politizando a vida privada, revela faces surpreendentes do viver em Colônia, quer se traduza em conspiração, quer se apresente como a sua outra face: a transgressão." Os textos memorialísticos e a historiografia ressaltam o quanto o espaço maçônico teria sido importante meio de mobilização dos descontentamentos e articulação da revolução. Embora os primeiros indícios de associativismo maçônico em Pernambuco datem do final do século XVIII, foi na década de 1810 que ele ganhou maior densidade.

Como ressalta Luiz Carlos Villalta (2016), este adensamento da atividade maçônica é parte da "constituição de uma incipiente esfera pública em Pernambuco, materializada nos laços políticos e de sociabilidade protagonizados pelos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, também conhecidos como Suassuana, cuja casa foi um local de encontros e discussões, com a concorrência de gentes de diferentes ocupações (clérigos, militares, professores, médicos e advogados) e de várias localidades, do cabo de Santo Agostinho até o Rio Grande do Norte. Outros espaços constitutivos dessa esfera pública foram o seminário de Olinda, a biblioteca da Congregação do Oratório e a biblioteca do Hospital do Paraíso, criada pelo padre João Ribeiro e que funcionava como uma espécie de gabinete de leitura." A partir dessas considerações, o objetivo da comunicação é analisar as relações entre sociabilidade maçônica e revolução de 1817. Em sentido específico, busca-se discutir algumas afirmações feitas por Evaldo Cabral de Mello (2002; 2004). Para ele, na segunda década do século XIX, a maçonaria em Pernambuco, composta só por brasileiros, estava sob a influência inglesa, marcando-se por uma posição republicana, ao contrário do que se passava no Rio de Janeiro e em Lisboa, sob influência francesa, que eram adeptas da monarquia constitucional. Nas suas palavras, a revolução de 1817 em Pernambuco foi um movimento que fugiu ao controle da maçonaria portuguesa e fluminense. De acordo com Cabral de Mello: "É provável, por conseguinte, que a missão de Domingos José Martins a Pernambuco tivesse visado precisamente fomentar alternativa brasileira à conexão franco-luso-fluminense, devido inclusive ao propósito dos maçons portugueses de liquidarem a posição privilegiada da Inglaterra no comércio luso-brasileiro." Sem querer negar a importância do espaço maçônico para a articulação do movimento revolucionário pernambucano em 1817, entendo, apesar dos limites da documentação, ser necessário redimensionar o papel desempenhado pelos maçons, evidenciando seus limites e contradições; bem como as disputas e rivalidades que atravessavam o espaço maçônico.

Tutela e educação dos libertos na imprensa do Rio de Janeiro no pós-abolição
Humberto Fernandes Machado (PPGH-UFF)

A tutela sobre os libertos foi um mecanismo utilizado pelos antigos senhores, após a abolição oficial da escravidão, em função da lei Rio Branco ou do "Ventre Livre", de 28 de setembro de 1871, que dispunha sobre a condição dos filhos da mulher escrava, considerados "livres". A lei determinava, entre outros aspectos, que esses menores ficariam "em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães", os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos", e ainda concedia a prerrogativa de utilização dos serviços dos ingênuos até os 21 anos de idade, caso não recebessem uma indenização do Estado. Percebe-se, portanto, os limites tênues, para esses menores, entre o cativo e a liberdade. Para a preservação dessa mão de obra, os senhores alegavam que as mães não possuíam condições de educar os seus filhos, e eles lhes dariam habitação, alimentação, além da promessa de instrução. Apesar das denúncias sistemáticas, feitas pelos jornais, especialmente aqueles que atuaram na campanha abolicionista, esse procedimento ocorreu em diversos pontos do Império, inclusive com o acobertamento da justiça. Esses periódicos destacavam a ausência de medidas para inserção desses ingênuos no seio da sociedade, entre as quais a educação.

Os jornais ressaltavam que a criação de escolas para os libertos permitiriam que os mesmos pudessem aperfeiçoar-se e dedicar-se com mais afinco ao trabalho, contribuindo para o engrandecimento do Império. A educação atuaria como forma de redenção do antigo escravo e como ela serviria para que ele se tornasse um cidadão inserido numa nova sociedade, pautada no progresso e de acordo com os anseios de um país civilizado.

Os periódicos assinalavam, também, que a educação agiria como um mecanismo de controle e preservação da ordem, já que esse ex-escravo utilizaria mais a razão antes da tomada de medidas abruptas. Percebe-se, portanto, que a educação para os libertos foi vista de maneira ambígua: por um lado, destacava-se a possibilidade de sua ascensão social, mas, por outro, enfatizava-se a necessidade de manutenção da ordem hierarquizada, herança da sociedade escravista.

23 de maio

Mesa Poderes e trocas culturais

Entre letras e trabalho: mulheres e suas estratégias de negociação (meados do XIX, Rio de Janeiro) - Cristiane de Paula Ribeiro (PPGH-UFJF)

A presente comunicação busca analisar a inserção feminina no trabalho na Corte em meados do século XIX, sobretudo através do letramento, e todos os empecilhos encontrados, no qual estas necessitavam de estabelecer estratégias e negociações para conseguirem se fazer presentes neste espaço. Os objetivos serão, por um lado, identificar quais foram as principais reivindicações postas por essas mulheres no que se refere a esse universo do trabalho, sobretudo através de suas publicações impressas. Em seguida, buscaremos cruzar as informações presentes em seus escritos com algumas petições enviadas por mulheres para a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, estabelecida após o decreto 1331, de 17 de fevereiro de 1854, em que o Estado institui um controle mais efetivo do trabalho relacionado a instrução. Nestas petições é possível evidenciar diversas questões que nos serão fundamentais, tais como: formas de convencimento do inspetor em vigência, impasses diários, reclamações referente a estrutura do local de trabalho, dificuldade para conseguir autorização para lecionar, dentre diversas outras indagações que caem diretamente nas experiências dessas mulheres, que apareceram descritas em seus textos. Para tanto, utilizamos como fontes, dois tipos documentais: primeiro, o Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar, um impresso publicado em 1868 no Rio de Janeiro, presente no acervo da Biblioteca Brasileira Mindlin e José Guita e, segundo, algumas petições contidas na série da Instrução Pública – Ensino Público e Particular – presentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Delfina Benigna da Cunha: compreensão do lugar da mulher escritora nos oitocentos Laura Junqueira de Mello Reis (PPGH-UFJF)

No presente trabalho buscamos compreender a figura da gaúcha Delfina Benigna da Cunha, conhecida como 'musa cega'. Escritora nascida no final do século XVIII, mais precisamente em 1794, que colaborou em jornais da corte e publicou três livros. Durante o século XX, alguns periódicos destacaram Delfina como a primeira mulher a publicar um livro de poesias no Brasil, livro este que foi publicado em 1834 por uma tipografia gaúcha, com nome de 'poesias oferecidas as senhoras rio-grandenses'.

Delfina era contrária à Revolução Farroupilha, e por isso, foi exilada no Rio de Janeiro. Enquanto exilada desenvolveu relações de amizade em círculos culturais que a permitiram continuar a escrever poesias, como fazia enquanto residia na província do Rio Grande do Sul. Pesquisamos sua vida através de periódicos e encontramos, então, muitas informações a respeito dessa mulher que era cega, escritora, solteira e de poucas condições financeiras.

Em seus escritos encontramos lamentações quanto a sua deficiência visual, e ao fracasso amoroso que a autora julgava estar atrelado a essa condição. E, para além dos sofrimentos, tecia questionamentos quanto a educação dada às mulheres que, segundo ela, nas condições postas, impedia-as de se desenvolverem.

Procuramos entende-la a partir das relações de poder alicerçadas nas questões de gênero e classe. Diante dessas condições, tentamos compreender o esquecimento de sua figura enquanto mulher e enquanto mulher escritora, e como esse esquecimento foi se dando desde o fim do século XIX, principalmente após sua morte em 1867, atravessando todo século XX, até sua ausência, quase que completa, na história do século XXI.

Pensando então, a partir da vida de Delfina, buscamos trazer para este trabalho, a figura de uma, dentre várias outras, mulher brasileira e escritora presente na história do século XIX. Delfina não estava sozinha, havia uma rede de sociabilidade entre ela e as demais mulheres escritoras. É preciso nos adentrarmos nessa rede, explorarmos a condição dessas mulheres e as relações entre elas.

23 de maio

Mesa Poderes e trocas culturais

Diário de viagem ao Chile: Maria Graham e os relatos acerca do feminino - Flaviana Aparecida da Silva (PPGH-UFJF)

Ao longo da história as pessoas deslocaram-se de diversas formas pelo espaço, sejam em busca de alimentos e condições para sobrevivência ou ainda, na forma de viagens com características comerciais, políticas, turísticas e científicas. A partir do século XVIII iniciasse uma série de viagens com missões científicas no intuito de classificar as plantas do mundo, coletar espécies nativas e conhecer melhor a fauna, flora e sociedade em outros territórios além da Europa. Os viajantes deixaram registrados os descobrimentos de novas espécies, impressões e descrições de pessoas e costumes em cartas, diários e livros de viagem, e tais relatos são muito usados na historiografia principalmente para o conhecimento acerca de sociedades dos séculos XVIII e XIX. O número de mulheres que viajavam e escreviam seus relatos era restrito, e poucas conseguiam se inserir no espaço público. Apesar das dificuldades que o sistema patriarcalista colocava, entre 1821 e 1823, a viajante Maria Graham visitou dois países da América Latina: Brasil e Chile, e escreveu sobre as festas, comércios, natureza, política e as mulheres nesses territórios. Maria Graham nasceu na Inglaterra em 1785, e desde pequena já tinha contato com os mares e oceanos, pois seu pai e marido eram funcionários da Marinha Britânica. Estudou em grandes colégios na Grã-Bretanha e tinha conhecimento de vários idiomas, como francês, espanhol, italiano, português e um pouco de sânscrito. Foi escritora de livros de viagem, história e literatura infantil. Além disso, era naturalista, desenhista e pintora, e em suas viagens coletava espécies nativas e desenhava principalmente a natureza de outros países. A pesquisa visa analisar os discursos relacionados ao feminino escritos pela viajante através do livro "Diário de su residência em Chile (1822) y de su viaje al Brasil (1823)" e verificar o papel da mulher em seus escritos, identificando as discussões sobre os espaços e condições das mulheres chilenas em seu diário. Apesar de já existir estudos sobre Maria Graham, a perspectiva sobre o feminino não é um tema muito explorado em sua escrita. E esse tema é fundamental nos dias de hoje, pois as questões relacionadas à mulher como a sua exclusão, as violências e conquista de direitos têm sido constantemente debatidas nos meios de comunicação. Portanto, estão na ordem do dia, e a história e o diálogo com o passado, possibilita compreender as questões relacionadas às mulheres no presente. A pesquisa foi realizada com a leitura de estudos acerca da história das mulheres de Michelle Perrot, discussões sobre gênero de Joan Scott e Louise Tilly, historiografia feminina chilena de Tania Lizana, e textos acerca da metodologia de diários de viagem para auxiliar a análise da fonte histórica e, assim, relacionar seus escritos com a sociedade da época. Ao analisar os relatos sobre as mulheres no Chile, é possível perceber que ao descrever sobre as roupas das chilenas e espanholas, Maria Graham realizou diversos elogios e características positivas quanto à aparência feminina, como por exemplo, o uso da mantilha nas igrejas. A inglesa adentrava em espaços que outras mulheres não andavam. Em um de seus passeios, assistiu a uma reunião no Consulado Chileno, o que causou estranheza, pois em sua viagem ao Brasil, foi impedida de assistir à discussão na Assembleia Constituinte. Portanto, através de seus escritos, é possível perceber também diferenças no que se refere ao acesso feminino em espaços públicos pelos países que visitou.

Madame de Staël: vendas de sua produção letrada em anúncios de periódicos do Rio de Janeiro entre 1822-1889—Louise Salles Schaeffer - (PPGH-UFJF)

Partindo de uma análise introdutória sobre a escritora romântica francesa do século XIX, Madame de Staël, contextualizando-a em um período histórico para além da Europa, a apresentação consta em um mapeamento de periódicos que circularam no Rio de Janeiro entre os anos de 1822 a 1889 e que noticiavam através da coluna "anúncios", as obras dessa escritora que chegaram ao Brasil por meio de homens letrados que viajavam para Europa e que traziam consigo livros de grandes escritores franceses do século XIX.

Os periódicos analisados foram o Diário do Rio de Janeiro (1821-1878) e o Jornal do Commercio (1827-1901), ambos periódicos circularam na cidade do Rio de Janeiro entre o Primeiro e o Segundo Reinado e possuem um grande número de vendas das obras da escritora. A partir desse levantamento, foram reunidos as edições, cujos anúncios citavam as obras de maior influência da baronesa, entre as principais como “De l’Allemagne”, “Corinne” e “Delphine”, obras que chegaram e influenciaram não somente escritores românticos do período, como também esses indivíduos letrados, uma vez que possuíam uma grande biblioteca e estavam inseridos no debate romântico presente. A apresentação portanto, tende a apontar os anúncios, indicando quais obras eram citadas e por quem estavam sendo divulgadas. Os anúncios não tinham somente o objetivo de venda dos livros, como também os noticiavam em leilões realizados por sujeitos que por diversos motivos precisavam vender parte de sua livreria e era através dos anúncios, que esses leilões e as vendas das obras de Madame de Staël, assim como, de outros escritores franceses eram divulgados.

Maria Firmina dos Reis entre séculos - Natália Lopes de Souza (PPGH-UFJF)

O presente trabalho pretende, através da trajetória na imprensa da escritora e poetisa maranhense Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917), analisar os periódicos dos séculos XIX e XX, buscando para além das formas de aparição dela, uma mudança ou não, no que diz respeito ao tratamento dado a ela nestes espaços. Sabemos, que o ambiente da tipografia e dos jornais como um todo são permeados de relações de poder, e para analisar essa escritora nos embasaremos nestas relações de poder atreladas a gênero. Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra, professora pública, que viveu na sociedade maranhense oitocentista por toda sua vida. Participou ativamente da imprensa maranhense no século XIX, sobretudo a partir de 1860 com seu romance Úrsula. Sua participação foi extensiva em diversos jornais literários maranhenses, publicando dentre outras coisas, charadas e poesias, publicou também variados contos, como Gupeva (1861) e A Escrava (1887). Reis não era exceção neste período, diversas outras mulheres em diversas outras localidades também estavam ocupando o espaço da imprensa e tendo significativa produção em jornais. Portanto, partimos da sua trajetória e participação assídua na imprensa maranhense, para pensar a circulação de suas produções para além da província maranhense e, mais ainda, para além do período de atuação dela. Ou seja, investigaremos se ao longo do século XX houve algum tipo de menção a Reis tanto no Maranhão quanto em outras localidades, e como a figura desta escritora foi apresentada. Procuramos sobretudo, as formas e estratégias utilizadas pelos periódicos ao mencionarem a figura de Maria Firmina. Deste modo, a partir da análise da imprensa, a intenção é propor um paralelo e comparação através dos periódicos que ela colaborou no XIX, e sua aparição ou não em periódicos do século XX, propondo reflexões de como sua imagem se consolidou ou não a partir de sua entrada como colaboradora de periódicos e se isso se manteve ou não no século XX.

23 de maio

Mesa Poderes e cidadania

Entre o Estado português e o círculo político liberal: missões diplomáticas de Luís Augusto May na Capitania do Grão Pará e Rio Negro e em Londres (1808-1810) - Myriam Paula Barbosa Pires Gouvêa (PPGH-UFJF)

A figura de Luís Augusto May é comumente conhecida enquanto um polêmico redator da Corte do Rio de Janeiro, cuja atuação esteve mais fortemente situada nos anos que circundaram o processo de separação política do “Brasil” frente a “Portugal”, ou seja entre 1821 e 1822. Sendo um protótipo de construção do primeiro capítulo de pesquisa doutoral, detida na construção da biografia da referida personagem e após levantamento de manuscritos existentes na Fundação Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Palácio do Itamaraty, apresento-o em intensa atividade em contexto e ofício distintos e anterior à sua chegada definitiva no Brasil. Entre os anos de 1808 e 1810 - tempo em que Augusto May era militar do Exército luso - exerceu alguns cargos públicos destacados na Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Nesta última, desempenhou algumas missões no exterior, quando ainda morava em Portugal, sob o comando do Ministro e Diplomata Dom Domingos de Souza Coutinho. Um dossiê produzido entre os anos de 1808 e 1809, apresenta mapeamento detalhado da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro em seus mais distintos aspectos. O foco do manuscrito volta-se para observações sobre a defesa do território no tangente às condições físicas das fortificações de suas cidades, bem como de sua localização frente à capital. Outra missão que será abordada no artigo, fora a que realizou quando integrou a Legação Portuguesa em Londres, em 1810. Embora tenha pertencido ao grupo do Ministro lusitano Dom Domingos, indícios revelam que Luís May esteve muito próximo do círculo de intelectuais liberais – entre eles, portugueses exilados em Londres – como a Condessa de Alorna, o médico Heliodoro Carneiro, o comerciante Antônio Martins Pedra e o maior adversário do Ministro Dom Domingos, redator do periódico Correio Brasileiro, o conhecido Hipólito da Costa. Nesta condição, em meio a grupos políticos distintos, conforme apontou Mecenaz Dourado (Dourado,1957), observa-se em May um comportamento pendular, ora pendente a conservar o modelo de Estado lusitano, enquanto um agente do Estado português e; de outro, um aprendiz do fazer político liberal, cujas principais linhas foram estampadas posteriormente nas páginas de seu próprio jornal na Corte carioca, A Malagueta. Isto posto, o artigo visa a apresentar um lado de Augusto May ainda desconhecido da maioria dos historiadores, salvo raríssimas exceções. Ou seja: um ator histórico complexo em meio às inúmeras transformações pelas quais passava a administração lusitana que, por sua vez, aliava fortes traços de conservadorismo ao liberalismo forjando uma política capaz de manter o controle de seus agentes e domínios territoriais em meio a conturbado quadro de expansão napoleônica.

Um reflexão sobre a condição dos estrangeiros e estrangeiras no Império do Brasil (1822-1854) - Cássila Cavalier Pessoa de Mello (PPGH-UFJF)

O presente trabalho visa discutir a relação entre o Estado brasileiro e os estrangeiros que nele residiram ou por ele circularam entre a Independência e meados da década de 1850. A emancipação política gerou a necessidade de se definir quem seria incorporado à nação e considerado cidadão brasileiro e quem seria dela excluído. Entre estes, estavam os estrangeiros e estrangeiras nos quais nos concentraremos. A partir desta demarcação foram definidos direitos e deveres que afetaram a vida cotidiana dos sujeitos excluídos do pacto. A distinção entre estrangeiros e cidadãos foi alvo de debates e disputas políticas e se mostrou de difícil execução na prática particularmente no caso dos indivíduos naturais de Portugal. Além disso, ao mesmo tempo em que os estrangeiros eram considerados necessários e se desejava incentivar sua vida ao Brasil, havia a vontade de se assegurar alguns privilégios aos detentores do título de cidadão e de se proteger o Estado que se formava. Isso resultou em um tratamento diferenciado dispensado aos estrangeiros que variou de acordo com a época vivenciada e de acordo com as suas características.

Para avaliarmos de forma mais detalhada os problemas enfrentados pelos estrangeiros no Brasil, analisamos leis, decretos e decisões imperiais e, de forma mais pormenorizada, a documentação produzida no âmbito da província de Santa Catarina, particularmente, as correspondências trocadas entre os presidentes da referida província e os agentes consulares que intercediam pelos estrangeiros das nações pelos quais estavam encarregados. A partir desta documentação, identificamos três problemas preponderantes: a circulação pelo Império; a ocupação de cargos públicos e o pagamento de impostos diferenciados. Os dois primeiros problemas afetaram os estrangeiros de diferentes regiões do Brasil, o terceiro foi acirrado na província de Santa Catarina em funções das decisões tomadas pelos seus deputados na Assembleia da Província de Santa Catarina. As ordens expedidas pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Império às autoridades locais reforçaram a existência de diferenciações entre os estrangeiros, mostrando que alguns tinham tratamento diferenciado em função de Tratados específicos firmados, em função do poder exercido pela nação a que pertenciam e de serem considerados mais ou menos desejados como membros da sociedade. Ressaltamos que a documentação analisada demonstra que o gênero, a origem africana, o passado ligado ao cativo, a posse de religião não católica, a baixa renda são fatores de exclusão do exercício de direitos ou de limitação no seu usufruto.

A atuação política da família Monteiro de Barros na província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX - Pedro de Almeida Freitas Soares (PPGH-UJF)

O presente trabalho tem como objetivo debater a respeito da política do século XIX, sobretudo em Minas Gerais, tomando como objeto central a família Monteiro de Barros. A família teve início ainda no século XVIII quando o patriarca migrou pra a comarca do Rio das Mortes vindo de Portugal. Após se casar, com uma filha de um rico comerciante da região, Manuel José Monteiro de Barros ingressou na elite setecentista e, dessa maneira, conseguiu fazer sua primeira rede de contatos.

Para essa análise, discutiremos o contexto político e econômico do Brasil, levando em consideração as reformas em gestação em Portugal bem como os reflexos da vinda da Família Real para a colônia. A partir de então, buscaremos entender quais as consequências geradas em Minas Gerais nos anos finais do século XVIII e início do XIX. Após o período da Independência, iniciou-se um processo de formação do Estado com o intuito de desenvolver um aparato administrativo, englobando uma série de medidas como a definição das fronteiras, a centralização do poder e a constituição de um aparato jurídico. Nesse sentido, Maria Fernanda Martins chama atenção para o processo de burocratização da monarquia frente à ordem pré-estabelecida que, por sua vez, não estava desvinculada das elites tradicionais. Segundo essa autora, “Ao contrário, os cargos encontravam-se mais fortemente vinculados às elites locais e regionais, em um longo processo de integração territorial que se ampliou durante o século XVIII.”(MARTINS, 2007. P. 48). Observa-se, portanto, que a valorização das relações pessoais e a constituição das instituições governamentais atreladas umas as outras.

Diante desse contexto, para tomarmos como exemplo, em 1824, através da Carta Constitucional, foram criados os Conselhos Gerais de Província, com o intuito de ser uma instituição político-administrativa, responsável por reconfigurar a dinâmica política das províncias. Tinha como objetivo permitir certa participação e representação dos cidadãos nas deliberações e questões colocadas nas discussões da província. Em Minas Gerais, o Conselho Geral contou com duas legislaturas. A primeira estendeu-se de 1828 a 1830 e a segunda vigorou entre 1830 e 1834. (FERNANDES, 2014).

Dessa maneira, durante os trabalhos das duas legislaturas membros da família Monteiro de Barros aparecem nas listas eleitorais com significativo número de votos. Dente eles, destacamos os de Lucas Antônio Monteiro de Barros e Romualdo José Monteiro de Barros. Além dos já citados, percebemos também a presença no Conselho de Marcos Antônio Monteiro de Barros e Manuel José Monteiro de Barros, ambos são irmãos de Lucas e Romualdo. (FERNANDES, 2018). Para mais, observamos que alguns desses homens ocuparam os cargos de ouvidores em diferentes localidades do Império, sendo esse um cargo de importância na burocracia do Estado. Para mais, discutiremos sobre o papel das elites em outras províncias do Império e a sua colaboração para a construção e consolidação do estado brasileiro, além de apontarmos para algumas metodologias utilizadas pelos principais

23 de maio

Mesa Poderes e cidadania

Revisitando as páginas d'O Universal: escravidão e estudos políticos (1825-1842) - Rafael Domingos Rocha (PPGH-UFF)

A primeira metade do século dezanove é identificada como “um tempo de crises”, haja vista que foi marcada pela instabilidade política. A palavra impressa trouxe uma nova visão de mundo e atuou como instrumento por excelência de expansão do discurso, é através dela, inclusive, que os políticos difundiam suas ideias e projetos de nação. A partir dos periódicos, podemos compreender a esfera econômica, social e política do oitocentos. O projeto, em construção, intitulado *Revisitando as páginas d'O Universal: escravidão e estudos políticos (1825-1842)*, visa apontar a relevância do jornal *O Universal* na dinâmica política da sociedade mineira no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro. Tal projeto tem como objetivo: 1) Analisar o discurso de liberdade na província mineira, ou seja, compreender o paradoxo entre liberalismo/capitalismo e escravidão (agora, sob a chave da propriedade privada), para enfim identificar a linha tênue no debate ideológico acerca do discurso escravista e antiescravista na província mineira; 2) Coletar extratos parlamentares sobre a querela da lei de 07 de novembro de 1831; 3) Identificar a fase pré-regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos ainda quando membro da facção liberal; 4) Investigar a teoria política da época e estabelecer uma ligação entre escravidão e política, pois, são termos polares que não se opõem mas um define e problematiza o outro. Editado na cidade de Ouro Preto, nosso periódico circulou durante dezessete anos, entre 1825 e 1842, no qual podemos destacar sua estreita articulação na construção de um espaço de discussão pública.

23 de maio

Mesa Poderes e trocas culturais

Sabinos e a manipulação da memória cultural em torno do Obelisco a D. João VI – Salvador (1838) - Renan Rodrigues de Almeida (PPGH-UFES)

O presente artigo insere-se no campo da História da Memória em confluência com a História Política do Período Regencial brasileiro. Entre os dias 7 de novembro de 1837 e 16 de março de 1838, a Bahia foi palco da Sabinada, revolta civil-militar que destituiu o governo provincial de seus poderes, instituindo em seu lugar um governo nos moldes republicanos. Combatido pelo bloqueio marítimo e terrestre imposto pelo “Exército Restaurador” legalista, o governo rebelde viu-se na difícil posição tanto de romper o cerco, quanto de administrar a cidade em carestia de víveres. Uma das medidas simbólicas adotadas nesse sentido foi a assinatura do decreto do dia 27 de janeiro de 1838, que ordenava a remoção da homenagem a D. João VI existente no Obelisco do Passeio Público, “monumento da mais detestada escravidão”, erigido em 1815 em homenagem ao monarca. Em seu lugar, o decreto exigia que fossem colocados os dizeres “Sete de novembro de mil oitocentos e trinta e sete” em letras douradas. A partir deste exemplo, apresenta-se como problema de investigação a manipulação da memória coletiva baiana por parte do governo sabino. Objetivamos demonstrar como a medida se inseria numa política de memória que visava forjar uma nova identidade nacional capaz de dar coesão àquele corpo social, bem como elevar a moral dos defensores da cidade. Neste sentido, exigia-se a progressiva exclusão do elemento monárquico, identificado com o inimigo às portas da cidade. Com efeito, o recorte temporal compreende o ano de 1808, quando do desembarque da Família Real em Salvador, até 1838, ano da assinatura do decreto. A partir deste recorte, demonstramos a evolução da memória coletiva do núcleo rebelde em relação à monarquia, sem desconsiderar as contradições e incompletude deste processo. De uma perspectiva teórica, além do conceito de “memória coletiva” proposto por Maurice Halbwach (1990), trabalhamos com o de “memória cultural”, discutido por Jan Assmann (1988), e o de “memória manipulada” de Paul Ricoeur (2007). Os documentos oficiais do governo e da imprensa rebelde, compilados na coleção de cinco volumes intitulada PAEBA (Publicações do Arquivo do Estado da Bahia), compõem as principais fontes analisadas nesta pesquisa, a partir da metodologia de análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (2016).

A espacialidade do comércio de moda através da construção de SIGs históricos no Rio de Janeiro, 1840-1860 - Juliana Valpasso de Andrade (PPGH-UFF)

O objetivo principal da presente pesquisa é demonstrar a espacialidade do comércio de moda, no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1860, de maneira a compreender as áreas onde se concentravam os principais pontos de consumo da mesma. Para tanto se fez necessária uma breve abordagem e revisão bibliográfica a respeito do consumo e do comércio de moda no século XIX. Dessa maneira, foi imprescindível estabelecer a diferença entre consumo e comércio versus produção de itens de moda, uma vez que a historiografia tem abordado a moda, majoritariamente, por um viés cultural. Em termos de recorte espaço temporal, o Rio de Janeiro dos anos que vão de 1840 a 1860 se mostrou propício uma vez que se trata de um momento de centralização político-econômica do país e o crescimento no comércio de moda, numa sociedade escravista, que aspirava se parecer com a Europa. Para tanto foi utilizado o Sistema de Informação Geográfica (SIG), como principal metodologia e o Almanak Laemmert e Jornal do Commercio como fontes, uma vez que estes apresentam os endereços onde as lojas de modas se encontravam na cidade, ao longo das duas décadas. A partir da análise das principais fontes selecionadas é possível não apenas compreender o crescimento desse ramo de comércio, como também o lugar ocupado espacialmente pela moda. Ademais, a pesquisa consiste na criação de mapas georreferenciados que permitem estabelecer a geografia do comércio e do consumo de moda na sociedade imperial de meados do século XIX.

23 de maio

Mesa Poderes e trocas culturais

Entre a fuga e a liberdade: os Africanos Livres em perspectiva - Juliana Santos de Lima (PPGH-UFF)

Esta comunicação pretende analisar a condição jurídica dos africanos que desembarcaram em portos brasileiros após a proibição do tráfico de escravos, tornando-os africanos livres. As legislações que abrangem sua existência previam que tais pessoas deveriam cumprir um período de 14 anos de trabalho compulsório, afim de que aprendessem a dinâmica social e fossem capazes de “viver sobre si”. Compreendemos que a historiografia sobre os africanos livres tem avançado no sentido de problematizar sua existência, as contradições desta liberdade, o número de pessoas que compuseram este grupo e a tutela na qual foram submetidos. Os precursores do tema, como Leslie Bethell e Robert Conrad, foram responsáveis por introduzir a corrente interpretativa de que a categoria dos africanos livres foi criada como uma forma de prolongar o tráfico de escravos frente às pressões britânicas. (BETHELL: 1976) (CONRAD: 1985).

Nesta pesquisa, optamos por seguir a linha interpretativa de Sidney Chalhoub, que desconstrói o paradigma de uma escravidão disfarçada, ou uma escravidão prolongada. Em sua visão, as legislações funcionaram efetivamente da maneira que foram planejadas, por terem sido articuladas justamente para não funcionar, uma vez que o governo criou seus métodos para “silenciar e não ver”. O autor encontra na categoria dos africanos livres não uma nova forma de escravidão, mas ao contrário disso nos direciona a outro foco: a precariedade da liberdade. O status de livre proporcionava a essas pessoas uma distinção na hierarquia social, a qual lhes concediam direitos e deveres. O tempo de serviço era justificado pela necessidade de preparação para a vida autônoma, e do tempo de trabalho compulsório deveriam ser emancipados. (CHALHOUB: 2012)

Nossas fontes primárias são os anúncios dos jornais Diário do Rio de Janeiro e Jornal do Comércio. Ambos os periódicos tinham tiragem diária, contendo informações sobre fugas, colunas policiais, obituário, denúncias entre outras informações. Nossa escolha justifica-se pela frequência de publicação, pelo tempo que os jornais estiveram em funcionamento e pela quantidade de ocorrências sobre africanos livres. Com essas informações é possível perceber suas experiências coletivas, assim como a criação de redes de sociabilidade, o mapeamento de identidades, culturas e estratégias para livrar-se da tutela. Cabe salientar que tais periódicos são de orientação conservadora, possuem características parecidas de organização e redação. Também encontramos anúncios com o mesmo conteúdo que foram publicados nos dois jornais, o que nos leva a colocar como hipótese que seus leitores pudessem ser os mesmos.

Demarcando nossa escolha e desejo em contribuir com a construção da historiografia que entende este grupo como trabalhadores livres, tendo sido a sua força de trabalho explorada e sua liberdade precarizada. Pois entender a categoria jurídica dos africanos livres por esta perspectiva nos ajuda a problematizar as diferentes formas de trabalho do século XIX, e as origens do trabalho livre. Existem duas questões centrais em torno da categoria jurídica dos africanos livres, primeiro a precariedade de sua liberdade, e a segunda, atrelada a primeira, diz respeito a ambiguidade no seu status, uma vez que pessoas que eram livres fugiam para conquistar sua própria autonomia.

Por meio dos anúncios de fuga dos africanos livres buscaremos entender o que esses africanos deixaram transparecer sobre a sua personalidade, cultura, desejos e motivações, analisando o eles sabiam sobre a sociedade que os cercava. Qual era a sua leitura sobre as instituições vigentes, o que sabiam sobre as atribuições de sua condição jurídica e como planejavam se desvencilhar da precariedade que os aprisionava.

23 de maio

Mesa Poderes e trocas culturais

A medicina legal versus a feitiçaria no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas republicanas – Caio Sérgio de Moraes Santos e Silva (PPGH-UFF)

Esse texto tem como principal objetivo abortar o embate entre médicos e curandeiros durante as duas primeiras décadas Primeira República, tendo o seu auge de debate a Revolta da Vacina em 1904. Durante a Primeira República, a política higienista aplicada pelo governo do Rio de Janeiro, a despeito das disputas iniciais, revelou-se cada vez mais hostil às práticas que eram comuns às classes populares no seu cotidiano. Assim, embora a primeira Constituição republicana garantisse a liberdade de credo, as práticas de origem africana e afro-brasileira eram discriminadas de forma legal, pois “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios”, assim como a “medicina ilegal” estava presente no código penal da então nova República.

O Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do período republicano, foi marcado por diversas transformações espaciais, período de modernização da cidade em que a vida das classes baixas foi diretamente afetada. Esse processo de modernização fez com que se criasse “classes perigosas” no imaginário político da época.

As obras de modernização também causaram grande impacto na vida dos trabalhadores e das camadas médias, principalmente em relação às moradias. As dificuldades enfrentadas por esses grupos sociais somadas ao “enorme potencial de revolta, de amotinamento, de heterogênea ‘plebe’ carioca obrigaram as classes dominantes a se manifestarem sobre a habitação popular”, fortalecendo “o velho e ineficaz discurso filantrópico, liberal, dos tempos do Império”. (BENCHIMOL, 1992)

Desde a primeira metade do século XIX, já se debatiam, nas instituições criadas para ajudar no funcionamento do Império, os problemas de saúde encontrados no Rio de Janeiro. A partir da década de 1880, período em que se consolidou o ideal republicano, surgiu uma visão de que o regime monárquico havia sido pouco propenso a combater as tradições populares. Para os republicanos e higienistas, essa tolerância representava fraqueza. Os higienistas foram os primeiros a criarem um discurso voltado para as condições de vida na Capital Federal, onde propunham mudanças e intervenções radicais para se “restaurar um equilíbrio do ‘organismo’ urbano”. (CHALHOUN, 1996)

No Brasil eram raros os médicos formados em faculdade até o início do século XIX. Os responsáveis pela “arte de curar” eram os curandeiros, barbeiros, sangradores, benzedeiros e outros “agentes de cura existentes”, e tais práticas seguiram por todo o período imperial e continuaram fortemente nas primeiras décadas da República.

Ao mesmo tempo em que ocorreu o aumento e a melhoria do ensino da medicina no país, médicos formados nas escolas do Rio e da Bahia espalharam-se pelo país, e houve um processo de criminalização e perseguição dos curandeiros e suas práticas, tão disseminadas entre a população.

As artes de curar, muitas vezes, eram repreendidas por lei em todo o país, porém, havia diferença de tratamento destas artes de região para região. Algumas vezes, de forma mais severa, outras, de forma um pouco mais branda. O que fica visível é que tais práticas de curar estavam presentes no dia a dia das pessoas e se firmavam cada vez mais como uma solução para problemas que a medicina naquele período não dava conta.

Seminário Tardes de Pesquisa Poderes políticos, práticas socioeconômicas, trocas culturais e cidadania no longo século XIX, promovido pelos laboratórios de pesquisa Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), História Econômica Quantitativa e Social (HEQUS) e Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania (NEMIC) vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

O evento teve como objetivo apoiar o desenvolvimento e a interlocução das pesquisas realizadas no âmbito dos laboratórios CEO – HEQUS - NEMIC com outros núcleos e laboratórios da UFF, e de outras Universidades do Brasil e do exterior, bem como ampliar o escopo de suas investigações.

